



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES - CAMPUS III
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

SANNYELE RODRIGUES DE SOUZA

**O PAPEL DO TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS NA REDE PÚBLICA DE
ENSINO NO MUNICÍPIO DE ALAGOA GRANDE - PB**

**GUARABIRA – PB
2019**

SANNYELE RODRIGUES DE SOUZA

**O PAPEL DO TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS NA REDE
PÚBLICA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE ALAGOA GRANDE - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na
Universidade Estadual da Paraíba UEPB como
requisito básico para a conclusão do Curso de
Pedagogia.

Área de concentração: Fundamentos da
Educação e Formação Docente

Orientadora: Prof^ª. Esp. Aline de Fátima da Silva Araújo

GUARABIRA-PB

2019

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S725p Sousa, Sannyele Rodrigues de.

O papel do tradutor intérprete de libras na rede pública de ensino no município de Alagoa Grande - PB [manuscrito] / Sannyele Rodrigues de Sousa. - 2019.

44 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2019.

"Orientação : Profa. Esp. Aline de Fátima da Silva Araújo. , Coordenação do Curso de Pedagogia - CH."

1. Libras. 2. Acessibilidade. 3. Intérprete Educacional. I.

Título

21. ed. CDD 418.02

SANNYELE RODRIGUES DE SOUZA

**O PAPEL DO TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS NA REDE
PÚBLICA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE ALAGOA GRANDE - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na
Universidade Estadual da Paraíba UEPB como
requisito básico para a conclusão do Curso de
Pedagogia.

Área de concentração: Fundamentos da
Educação e Formação Docente

Aprovada em: 11/11/2019.

BANCA EXAMINADORA

Aline de Fátima da S. Araújo

Prof. Esp. Aline de Fátima da Silva Araújo (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Débora Regina Fernandes Benício

Prof. Me. Débora Regina Fernandes Benício
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Márcia Gomes dos Santos Silva

Prof. Me. Márcia Gomes dos Santos Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A Deus por ter me concedido sabedoria, por ser o meu sustento, autor da minha história. A minha mãe Maria de Fátima Gundim, por todo carinho, apoio e colaboração, sem ela esse sonho não se tornaria real. Ao meu pai José Macário “In Memoriam” A minha filha Júlia Rodrigues. Ao meu esposo Washington. Ao meu padrasto. A minha irmã Sandrely Rodrigues, ao meu sobrinho Guilherme Rodrigues e cunhado Rildomar Gomes. Dedico!

AGRADECIMENTOS

Quero externar meus agradecimentos, em primeiro plano a Deus por ter me dado sabedoria, força, e ânimo no decorrer do curso. A minha mãe Maria de Fátima Gundim, por toda força, paciência e colaboração ao decorrer da minha graduação, sem ela seria impossível chegar até aqui. Obrigada por acreditar em mim, por sonhar comigo. Ao meu pai José Macário de Sousa “In Memoriam”, por todos os ensinamentos e o seu legado de amor deixado entre os que o amam. A minha filha Júlia Rodrigues, que se tornou a minha maior motivação quando pensei em desistir.

A todas as pessoas que colaboraram para que este trabalho fosse realizado. Em especial a minha orientadora Prof^a. Esp. Aline de Fátima da Silva Araújo, pela paciência, dedicação e compreensão. Obrigada professora!

Estendo os meus agradecimentos aos professores da UEPB, que contribuíram ao longo desses cinco anos para a minha formação profissional e pessoal, por meio das aulas ministradas.

Aos funcionários da UEPB, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Ao meu esposo Washington Cavalcante, por todo amor e carinho ofertado nos dias difíceis. Obrigada meu amor.

Agradeço a turma 2014.2, minha turma de graduação. Em especial a minha amiga Marcielly Lima, que esteve ao meu lado em todos os momentos da vida acadêmica.

Enfim, a todos que me acompanharam durante a graduação.

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo abordar o papel do profissional intérprete de Libras na rede pública de ensino no município de Alagoa Grande - PB, mostrando a importância do TILS no ambiente educacional. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo e um estudo de caso em três (3) escolas públicas no município de Alagoa Grande-PB. Pretendemos mostrar a relevância desses profissionais no processo de inclusão do aluno surdo. Utilizamos uma metodologia no uso misto de duas classes de pesquisa, a exploratória e a descritiva em uma abordagem qualitativa dos dados obtidos, baseado nas respostas das três (3) intérpretes educacionais. A análise está fundamentada a partir dos estudos de alguns autores, como Quadros (2004), Lacerda (2011), Richardson (2012), Gesser (2009), Machado (2008). Este estudo mostrou a importância na formação específica do intérprete educacional para sua melhor fluência na Língua de Sinais e na mediação da comunicação propiciando ao aluno surdo acessibilidade no ambiente escolar, visto que é a partir da atuação do mesmo no ambiente educacional que o surdo tem o seu direito de acesso aos conteúdos disponibilizados. Concluiu-se que a parceria entre professor regente e intérprete educacional de Língua de Sinais é relevante para o bom desempenho do aluno surdo através do trabalho conjunto entre os dois, cada um exercendo seu papel específico, sem adentrar no espaço profissional do outro, porém elencando-o com agente pedagógico no ambiente escolar.

Palavras-chave: Libras; Acessibilidade; Intérprete Educacional.

ABSTRACT

This research had the objective the work of professional interpreter of Libras in the public school system in the city of Alagoa Grande - PB, showing the importance of the work TILS in the educational environment. Therefore, was made a field research and a case study in three (3) public schools in the city of Alagoa Grande-PB. We intend to show the relevance of these professionals in the process of inclusion of the deaf student. We use a methodology in the mixed use of two research classes, the exploratory and the descriptive in a qualitative approach of the obtained data, based on the answers of the three (3) educational interpreters. The analysis is based on the studies of some authors, such as Quadros (2004), Lacerda (2011), Richardson (2012), Gesser (2009) and Machado (2008). This study showed the importance in the specific training of the educational interpreter for their better fluency in Sign Language and in the mediation of communication providing the deaf student accessibility in the school environment, since it is from the action of the same in the educational environment that the deaf has your right of access to the contents available. It is end, that the partnership between conductor teacher and educational sign language interpreter is relevant to the good performance of the deaf student through the joint work between the both, each exercising their specific role, without adding to the professional space of the other, but listing him with a pedagogical agent in the school environment.

Keywords: Pounds; Accessibility; Educational Interpreter.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ASL** Língua de Sinais Americana
- CAS** Centro de Capacitação de Profissionais de Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez
- CIEC** Centro Integrado de Educação e Cultura
- FEBRAPILS** Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais
- FENEIS** Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
- INES** Instituto Nacional de Educação dos Surdos
- LBI** Lei Brasileira de Inclusão
- LIBRAS** Língua Brasileira de Sinais
- PROLIBRAS** Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa
- RID** Registro de Intérpretes de Surdos
- UFCG** Universidade Federal de Campina Grande
- TILS** Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais
- TILSP** Tradutor Intérprete de Libras/Português

É impossível para aqueles que não conhecem a língua de sinais perceberem sua importância para os surdos: a influência sobre a felicidade moral e social dos que são privados da audição, a sua maravilhosa capacidade de levar o pensamento a intelectos que, de outra forma, ficariam em perpétua escuridão. Enquanto houver dois surdos no mundo e eles se encontrarem, haverá o uso dos sinais.

(J. Schuyler Long)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. OS ASPECTOS HISTÓRICOS DO PAPEL DO TRADUTOR NO MUNDO ..	15
3. OS ASPECTOS HISTÓRICOS DO TILS NO BRASIL	18
4. MARCOS LEGAIS E CAMINHOS DA PROFISSIONALIZAÇÃO	21
4.1. Do direito à educação.....	23
5. CONCEPÇÕES METODOLÓGICAS	24
5.1. Tipo de pesquisa.....	24
5.2. Subtipo de pesquisa	24
5.3. Público alvo	25
5.4. Instrumento de pesquisa.....	27
5.5. Campo de pesquisa	27
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES	28
7. CONCLUSÃO.....	37
REFERÊNCIAS.....	39
APÊNDICES	41

1. INTRODUÇÃO

A discussão acerca da inclusão vem sendo um tema pertinente nos dias atuais no âmbito educacional, principalmente quando se fala na inserção da pessoa surda nas escolas regulares da rede pública de ensino. Com isso, a inclusão de alunos surdos nas instituições públicas ainda é um grande desafio.

Com esta pesquisa, refletiremos sobre os complexos problemas e situações que ocorrem nas relações entre professor/aluno surdo e intérprete. Sendo uma prática pedagógica com concepções de educação diversas e muitas das vezes excludentes, em turmas de ensino regular.

“A inclusão apresenta-se como uma proposta adequada para a comunidade escolar, que se mostra disposta ao contato com as diferenças, porém não necessariamente satisfatória para aqueles que, tendo necessidades especiais, necessitam de uma série de condições que, na maioria dos casos, não têm sido propiciadas pela escola”. (LACERDA, 2006, p. 166).

Com isso, o papel do profissional tradutor de Libras (Língua Brasileira de Sinais) nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em uma escola denominada inclusiva pela rede municipal de ensino, é importante por atender a educandos público-alvo da Educação dos Surdos junto com os demais estudantes, possibilitando assim trocas de saberes e experiências coletivamente, evidenciando o profissional tradutor e o seu papel mediador no processo de ensino e aprendizagem e as condições que o mesmo desempenha as suas atividades.

O novo perfil apresentado pelas escolas públicas da atualidade busca inserir à pessoa surda na sala regular, com professores e alunos ouvintes, além do Tradutor Intérprete de Libras (TILS), que é o profissional responsável em mediar a comunicação entre surdos e ouvintes através da Libras.

O Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) é o profissional que atua com os surdos, mediando e facilitando a interação da comunidade ouvinte com a língua de sinais e vice-versa. Nessa perspectiva, os surdos devem receber todo auxílio necessário para viver em harmonia com a sociedade onde estão inclusos. Com isso,

Essa sociedade inclusiva deve ser constituída levando-se em consideração a infinidade de diferenças que as pessoas possuem umas em relação às outras, as quais se relacionam a capacidades diferenciadas e, algumas vezes, apresentam-se como limitações acentuadas, que podem comprometer o desempenho de algumas pessoas em algumas áreas. (MACHADO, 2008, p. 22).

O apoio ao aluno surdo é tão relevante quanto abrir as portas da inclusão escolar. Mesmo havendo políticas públicas direcionadas a educação dos surdos, ainda assim existe uma grande carência de profissionais especializados para atender à essas pessoas.

Sabendo da importância do profissional intérprete de Libras, entende-se que para que o processo de inclusão escolar se concretize, não basta apenas ater-se para a inserção dos TILS no espaço acadêmico. Sendo necessário que a escola redimensione seus valores éticos e diretrizes, reveja procedimentos, reestruture seus ambientes, repense as avaliações, capacite seus profissionais e proporcione adaptações didático pedagógicas e físicas.

O espaço escolar tem o objetivo de acolher e atender à diversidade dos alunos favorecendo a convivência de todos sem distinção.

Partindo do pressuposto a relevância do profissional intérprete de Libras para a comunidade surda, surge com algumas inquietações, como por exemplo: como se dá a dinâmica em sala de aula entre o profissional intérprete, professor da sala regular, alunos surdos e ouvintes? A comunidade surda está habituada a ter a figura de dois profissionais em sala sem ter a imagem do professor regente confundida com a do tradutor?

O presente trabalho tem como objetivo geral abordar o papel do profissional intérprete de Libras na rede pública de ensino no município de Alagoa Grande - PB. Nesta visão os objetivos específicos: apresentar o papel do profissional intérprete de Libras na rede pública de ensino; relatar os aspectos históricos do tradutor intérprete e os avanços em sua profissionalização; avaliar a rotina do intérprete na sala de aula regular e analisar a atuação do profissional em sala de aula.

Quadros (2006) discute que, a língua brasileira de sinais é legitimada e assegura o ensino do português escrito como segunda língua, o que garante o direito linguístico ao surdo de ter acesso aos conhecimentos acadêmicos na língua de sinais, considerando que o ensino ideal para os surdos deveria ocorrer em escolas bilíngues que utilizassem a Libras, como primeira língua e português como segunda na modalidade escrita, visto que a mesma está associada ao desenvolvimento global dos surdos, inclusive o emocional.

Nesse sentido, a política linguística apresenta a possibilidade de reconhecer, de fato, as duas línguas que fazem parte da formação do ser surdo, mas não somente isso, do estatuto de cada língua no espaço educacional. A língua de sinais passa, então, a ser a língua de instrução e a língua portuguesa passa a ser ensinada no espaço educacional como segunda língua (QUADROS, 2006, p. 144).

Entretanto, mesmo com a presença desses profissionais em sala, ainda assim existem discordâncias que permeiam a vida de crianças e jovens surdos. As dificuldades não se delimitam apenas na comunicação como fator único para a escolarização da pessoa surda, existe também o espaço físico, a ausência de metodologias e materiais adequados no processo de ensino e aprendizagem. São uma das demais dificuldades enfrentadas pela comunidade surda no seio escolar. Portanto percebemos a necessidade de elaboração de propostas educacionais

que atendam às necessidades dos sujeitos surdos, favorecendo o desenvolvimento efetivo de suas capacidades.

O interesse pelo tema originou-se de experiências vivenciadas pela autora em sua atuação na escola pesquisada como professora, por cursar o componente curricular Libras, e adentrar nos aspectos culturais da pessoa surda, assim como na formação e na profissionalização do tradutor intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), principalmente ao que diz respeito ao papel dos profissionais intérpretes. A indagação por esse tema surgiu a fim de tornar conhecida e mapear as atividades desenvolvidas pelos TILS em seu espaço de atuação.

É de fundamental importância refletir sobre em que tipo de sociedade estamos inseridos e essa sociedade que marca o indivíduo em suas diferenças. Dessas surgem preconceitos, que muitas das vezes nos impedem de avançar e de realizar de fato uma mudança, e isso não é diferente na vida dos surdos, pois ainda há um alto índice de profissionais da educação que possuem uma certa resistência à Língua Brasileira de Sinais e por não terem conhecimento sobre as peculiaridades das vivências com o povo surdo e como os estes se comunicam, acabam criando estereótipos e prejudicando a aprendizagem da pessoa surda.

Em meio aos embates educacionais, faz-se necessária a construção de projetos educacionais que possam atender às necessidades dos alunos surdos, permitindo o acesso, de direito, a uma educação de qualidade. Sendo oferecido o direito, ao aluno surdo (conhecedor de sua própria língua, no caso a Língua Brasileira de Sinais) de ser acompanhado por um intérprete/tradutor nas interlocuções entre ouvintes e surdos no contexto escolar:

§ 3º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar atendimento educacional especializado aos alunos surdos ou com deficiência auditiva (BRASIL, 2005).

Considerando a demanda existente pela rede pública de ensino de profissionais que estejam adequadamente especializados, as pessoas que dominam a língua de sinais acabam exercendo essa função sem a devida qualificação, chegando a comprometer a qualidade da interpretação, prejudicando o processo de ensino e aprendizagem da pessoa surda.

A existência desses problemas nas salas de aula da rede pública de ensino traz à tona a necessidade e carência de formação e qualificação desses profissionais com urgência. É necessária a formação para que haja atuação com eficiência. Assim sendo, o papel desempenhado pelo intérprete se define como ponto chave, já que o mesmo é o principal elo entre o surdo e o espaço escolar.

Metodologicamente, a presente pesquisa apresenta-se como qualitativa. Seu principal foco é o sujeito (intérprete). Para isso, foi realizada uma pesquisa de campo, um estudo de caso em três (3) escolas públicas no município de Alagoa Grande-PB e também um questionário e a partir das respostas das três (3) profissionais intérpretes, sendo duas (2) da rede municipal de ensino e uma (1) da rede estadual de ensino.

O trabalho está estruturado da seguinte maneira: no capítulo 2 faremos uma abordagem sobre os aspectos históricos do papel do tradutor no mundo; No capítulo 3, sobre o papel do Tradutor Intérprete da Língua de Sinais no Brasil; no capítulo 4 trataremos dos marcos legais e caminhos da profissionalização; no capítulo 5 detalhamos os procedimentos metodológicos utilizados; finalizando com o capítulo 6 tendo os resultados e discussões a respeito das informações obtidas e, no capítulo 7 com a síntese sobre o objeto da pesquisa, seguido das Referências.

2. OS ASPECTOS HISTÓRICOS DO PAPEL DO TRADUTOR NO MUNDO

O tradutor intérprete de Libras é aquele que atua como profissional mediador da língua de sinais e língua portuguesa em sala de aula. Percebemos que a área da interpretação educacional é a mais requisitada nos dias atuais não só no Brasil, mas em outros países:

Nos Estados Unidos, em 1989, estimava-se que 2200 intérpretes de língua de sinais estivessem atuando nos níveis da educação elementar e no ensino secundário. Atualmente, mais de um terço dos graduados nos cursos de formação de intérpretes são empregados em escolas públicas. Mais da metade dos intérpretes estão atuando na área da educação. (STEWART, D. et al, 1996, p.59)

Por consequência, as instituições se viram na obrigação de garantir acessibilidade à pessoa surda através destes profissionais. O histórico de formação e profissionalização do Intérprete de Libras se confunde com a trajetória de luta e resistência da comunidade surda à medida que busca o reconhecimento da língua de sinais enquanto forma legítima de comunicação, a Lei 10.436/02, em seu art. 1º define a Libras da seguinte forma:

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002)

Em vários países há tradutores e intérpretes de língua de sinais. A história da constituição deste profissional se deu a partir de atividades voluntárias que foram sendo valorizadas enquanto atividade laborais na medida em que os surdos foram conquistando o seu exercício de cidadania. A medida em que o sujeito surdo ocupa lugar na sociedade e reivindica seus direitos com autonomia se faz necessário pensar na profissionalização do TILS propiciando a acessibilidade comunicacional nas mais diversas áreas.

A seguir serão apresentados os aspectos históricos relevantes sobre a constituição do profissional intérprete de língua de sinais em alguns países.

- **SUÉCIA:**

Dá-se o início ao trabalho de intérpretes em 1875 no âmbito religioso. Em 1938 o parlamento sueco constituiu cinco conselheiros para atender a comunidade surda no país, mas somente cinco não foram capazes de atender a demanda. Em 1947 mais 20 pessoas integraram a função de intérpretes no parlamento sueco. No entanto, só em 1968 foi conseguido o direito da presença de intérpretes nos departamentos oficiais do governo sueco, e formada a primeira

escola de treinamento para intérpretes. Em 1981, os conselhos municipais suecos passaram a ter intérpretes em todas as cidades.

Em 1968, por uma decisão do Parlamento, todos os surdos teriam acesso ao profissional intérprete livre de encargos diante de reivindicações da Associação Nacional de Surdos. Neste ano, também foi criado o primeiro curso de treinamento de intérprete na Suécia organizado pela Associação Nacional de Surdos, junto à Comissão Nacional de Educação e à Comissão Nacional para Mercado de Trabalho. (QUADROS, 2004, p. 14).

Isso nos mostra que só no ano de 1968 com uma decisão tomada pelo parlamento, os surdos começaram a ter acesso aos profissionais intérpretes da língua de sinais livres de encargos e neste mesmo ano foi criado o curso de treinamento.

- **ESTADOS UNIDOS:**

A primeira universidade para surdos do mundo surgiu nos Estados Unidos, é a Universidade Gallaudet, a qual foi criada em 1851 por Edward Miner Gallaudet. Seu pai Thomas Gallaudet deu o primeiro passo em direção à formalização da educação do surdo, no país. Em meados de 1960 a ASL (American Sign Language) foi reconhecida como uma língua oficial, sendo o linguista responsável pelo estudo William Stokoe. A profissão de intérprete de língua de sinais (RID, Registry of interpreters of the deaf) foi estabelecida e oficialmente reconhecida em 1974, nos Estados Unidos. Nos anos 70 os primeiros cursos de formação para intérpretes começaram a se popularizar. Com isso, apenas em 1964 que,

Foi fundada uma organização nacional de intérpretes para surdos (atual RID), estabelecendo alguns requisitos para a atuação do intérprete. Em 1972, o RID começou a selecionar intérpretes oferecendo um registro após avaliação. O RID apresenta, até os dias de hoje, as seguintes funções: selecionar os intérpretes, certificar os intérpretes qualificados; manter um registro; promover o código de ética; e oferecer informações sobre formação e aperfeiçoamento de intérpretes. (QUADROS, 2004, p. 14)

Isso nos mostra que as organizações profissionais no país tiveram início em 1964, quando um grupo de intérpretes de língua sinalizada estabeleceu o Registro de Intérpretes para Surdos, assumindo a responsabilidade de formação, treinamento e avaliação estabelecendo o código de ética. E em 1972, o RID começou a selecionar intérpretes após avaliação.

- **FINLÂNDIA:**

Os cursos de curta duração eram realizados pela Associação de Surdos, perfazendo o total de 170 horas, para a formação básica teria que prestar serviços de interpretação para surdos, surdos-cegos e pessoas ensurdecidas. Os cursos de longa duração são realizados por

uma escola (Christian Community College in Turku) desde 1988. Exige como pré-requisito a realização de outros cursos. A parte teórica é muito mais longa que nos cursos de curta duração (QUADROS, 2004).

Inicialmente há várias aulas de língua de sinais. O treinamento inclui teoria e prática. A parte teórica inclui informações sobre surdez, língua de sinais, interpretação, aspectos sócio-políticos e aspectos psicológicos. A parte prática inclui encontros com pessoas surdas e a prática de interpretação. (QUADROS, 2004, p. 54)

O treinamento de intérpretes no curso de longa duração, envolve aulas teóricas e práticas, e conteúdos sobre interpretação e aspectos sociais e psicológicos. Nas aulas práticas os estudantes aprendem métodos de comunicação a partir do contato com pessoas surdas.

- **DINAMARCA:**

Os cursos de formação de intérpretes são oferecidos pelo Centro de Comunicação Total em cooperação com o Colégio do Comércio; inclui dois anos de tempo integral; admite 20 alunos por ano. Os alunos entram no curso sem conhecimento da língua de sinais. A língua de sinais é dada por oito professores surdos envolvidos em projetos de pesquisa e de elaboração de materiais didáticos para o ensino da língua de sinais; é usada como a língua para a instrução no curso desde o primeiro dia (QUADROS, 2004).

As formas viáveis de avaliação dos profissionais são feitas a partir da tradução do texto em dinamarquês para língua de sinais dinamarquesa utilizando vídeos e a tradução de um texto na língua de sinais para o dinamarquês logo a seguir e realizada uma seção de comunicação com pessoas surdas usando a língua de sinais e, finalmente, a elaboração de um ensaio com os assuntos relacionados a língua de sinais, a linguística e a cultura da surdez. (QUADROS, 2004)

Já para o segundo ano, o exame consiste de interpretação do dinamarquês para língua de sinais dinamarquesa e a interpretação da língua de sinais para o dinamarquês; utiliza também um diálogo entre uma pessoa surda e uma pessoa ouvinte.

Exercícios em vídeos (análise da produção dos alunos; exemplos de tradução); diálogos; relato de histórias; tradução de partes de artigos de revistas; discussões em grupos e em seminários; jogos de tomada de papéis; exercícios de tradução; exercícios gramaticais; encontros com surdos; avaliações e críticas individuais e gerais. (QUADROS, 2004, p. 56)

Desse modo, percebe-se o uso de diferentes recursos metodológicos para a compreensão da língua de sinais e o seu processo de tradução na Dinamarca.

3. OS ASPECTOS HISTÓRICOS DO TILS NO BRASIL

A formação do Tradutor Intérprete da Língua de Sinais teve seu início ainda que de maneira informal, na década de 1980. Durante muito tempo, a identidade, cultura e a língua natural dos surdos foram rejeitadas pelas pessoas ouvintes, o que se configurou como um certo tipo de segregação na sociedade. Ao longo dos anos, foram surgindo discussões acerca da educação dos surdos, mudando assim o ponto de vista existente sobre esses sujeitos, que passaram a ser vistos como cidadãos de direitos e deveres igualitários perante a sociedade.

Pelo simples fato de ser um ser humano, portanto, sujeito de Direito Internacional. Afinal, antes de ser cidadão do seu país, ele é cidadão do mundo, e dessa condição decorrem direitos universalmente protegidos, que não devem ser violados nem mesmo pelo Estado do qual ele é um nacional, sob pena de responsabilização daquele pelo mal sofrido. Em suma, basta a condição de pessoa para que se possua a titularidade desses direitos, pois desde o nascimento todos os homens são livres e iguais em direitos. (HIDAKA, 2002, p. 8)

No final da década de 80 início da década de 90, com a criação da FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos) no estado do Rio de Janeiro, foi como ponto inicial do processo de profissionalização do TILS no Brasil.

Em 1988, realizou-se o I Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais organizado pela FENEIS que propiciou, pela primeira vez, o intercâmbio entre alguns intérpretes do Brasil e a avaliação sobre a ética do profissional intérprete. (QUADROS, 2004, p.14).

Esse período é um marco histórico, onde os sujeitos Surdos passam a fazer o uso da comunicação através da língua de sinais para além das associações, dos corredores de instituições de ensino, ocasiões informais ou cultos religiosos. Como já mencionado, a FENEIS tem seu papel importante para a profissionalização quando, nas regiões de sua abrangência como, por exemplo nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, passa a oferecer os (servos) serviços de interpretação junto as Secretarias de Educação e Instituições de ensino.

De 1993 a 1994, realizaram-se alguns encontros estaduais. A partir dos anos 90, foram estabelecidas unidades de intérpretes ligadas aos escritórios regionais da FENEIS. Em 2002, a FENEIS sedia escritórios em São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Teófilo Otoni, Brasília e Recife, além da matriz no Rio de Janeiro. (QUADROS, 2004, p. 15)

No atual cenário brasileiro, ao qual as escolas particulares e públicas têm um grande número de alunos surdos matriculados em diferentes níveis de escolarização, seria impossível atender às exigências que determinam o acesso e a permanência desses alunos na escola, fazendo-se necessário investir na especialização dos TILS na área da educação. Todavia, este profissional tem sido historicamente constituído na informalidade, nas relações sociais, pela

demanda dos próprios surdos que inúmeras vezes precisam de intérpretes para mediar sua comunicação com ouvintes.

No cenário atual o acesso à formação para atuar como TILS está maior. Esses profissionais vêm se organizando em associações e sindicatos, sendo um importante passo para a valorização da profissão, e foi:

O movimento que o conjunto de associações estaduais construiu para a criação da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guias intérpretes de Língua de Sinais – FEBRAPILS, que aconteceu em agosto de 2008, com o propósito de lutar para a regulamentação da profissão no território nacional, além de integrar os intérpretes através das parcerias entre diversas associações (RUSSO, 2009, p.30).

Ainda hoje, muitos tradutores/intérpretes não possuem formação específica, mesmo com a ampliação do curso de Letras Libras bacharelado, ainda não supre a demanda de todo o território nacional. Dessa forma, muitos profissionais buscam formação por meios de cursos de tradução e interpretação oferecidos pelo atendimento a pessoas surdas, como a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), o Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES) e os Centros de Capacitação dos Profissionais de Educação e Atendimento à Pessoa com Surdez (CAS), que oferecem cursos e certificam a proficiência na língua de sinais.

A FEBRAPILS também tem sua relevância na formação dos tradutores e intérpretes de Língua de Sinais. Fundada em 22 de setembro de 2008, a mesma é uma entidade autônoma, sem fins lucrativos ou econômicos e foi criada para orientar, defender e representar o conjunto das Associações Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-intérpretes de Língua de Sinais e dos Departamentos de Tradutores e Intérpretes e Guia-intérpretes de Língua de Sinais,

buscando alcançar um padrão de profissionalismo e conduta ética entre os tradutores e intérpretes e guias-intérpretes de Língua de Sinais. A mesma atua sobre três pilares: a formação inicial e continuada dos TILS; a profissionalização para refletir sobre a atuação dos TILS à luz do código de conduta e ética; e o engajamento político dos TILS para construir uma consciência coletiva (FEBRAPILS, 2014).

Desse modo, Cassiano (2016) afirma que, por não ter o número necessário de profissionais devidamente formados, alguns estados seguem a formação definida pela FENEIS no documento “O que é intérprete de Língua de Sinais para pessoas surdas”. Algumas dessas condições são:

- a) ter competência na Língua Portuguesa e na Língua Brasileira de Sinais;
- b) possuir no mínimo o ensino médio completo, mas preferencialmente ensino superior;
- c) ser membro ativo da Associação de Surdos local;
- d) possuir certificado expedido pela FENEIS;

- e) possuir certificado Exame PROLIBRAS – MEC;
 - f) possuir alguma noção de outro idioma estrangeiro;
 - g) ter noções suficientes de linguística, comunicação e técnicas de tradução e interpretação;
 - h) ter contato com surdos adultos com frequência comprovada;
 - i) ter disponibilidade de tempo para estar presente onde se fizer necessário.
- (CASSIANO, 2016, p. 4)

O contato com a língua de sinais pode nascer inicialmente através de laços familiares em que a pessoa possa ter um parente surdo ou também com o contato com surdos em diferentes ambientes, incentivando ao conhecimento e estudo dessa língua.

De acordo com Gesser (2009, p. 47):

O intérprete tem sido uma importância valiosa nas interações entre surdos e ouvintes. Na maioria dos casos, os intérpretes têm contato com a língua de sinais a partir dos laços familiares e da convivência social com vizinhos e amigos surdos (ocorrendo geralmente em espaços escolares e religiosos).

Nesse sentido, a aprendizagem da Libras pelo sujeito ouvinte depende do contato com o surdo e a inserção na comunidade surda que tenha como língua materna a Língua Brasileira de Sinais, seja no contexto familiar, instituições de ensino ou na sociedade de modo geral.

Para que o profissional intérprete atue na área da educação, é necessário que o mesmo tenha o perfil adequado, ou seja, que tenha domínio da língua de sinais, conhecimento das implicações da surdez e do indivíduo surdo, conhecimento da comunidade surda e convivência com ela e formação acadêmica, em curso de interpretação, reconhecido por órgão competente para intermediar as relações entre os alunos e os professores, bem como alunos surdos e os alunos ouvintes.

Além do domínio das línguas envolvidas no processo de tradução e interpretação, o profissional precisa ter qualificação específica para atuar como tal. Isso significa ter domínio dos processos, dos modelos, das estratégias e técnicas de tradução e interpretação (QUADROS, 2004, p. 28).

Dessa forma, o tradutor precisa ter domínio dos modelos e técnicas de tradução que serão desenvolvidas principalmente no espaço educacional. Existem vários problemas de ordem ética que acabam surgindo em função do tipo de intermediação que acontece em sala. Por vezes, a função do intérprete acaba sendo confundida com o papel do professor, até mesmo o próprio professor regente da turma atribui ao intérprete a responsabilidade de assumir o ensino dos conteúdos desenvolvidos em aula. Outro elemento fundamental neste processo é o reconhecimento da língua de sinais em cada país. À medida em que a língua de sinais do país passou a ser reconhecida enquanto língua de fato, os surdos passaram a ter garantias de acesso a ela enquanto direito linguístico.

4. MARCOS LEGAIS E CAMINHOS DA PROFISSIONALIZAÇÃO

À medida que os marcos legais alcançam a área da surdez e da Língua Brasileira de Sinais, a partir do surgimento de uma política de inclusão dos alunos surdos no ensino regular e suas diretrizes notamos a crescente busca por Intérpretes habilitados. O que se segue, é um pequeno apanhado de algumas das leis vigentes da área da Libras, não todas, mas sim as que influenciem diretamente no processo de profissionalização e formação dos TILS.

A Lei 10.436 de 24 de abril de 2002, chamada de lei da Libras, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como forma de comunicação própria dos Surdos brasileiros. Esta lei é um importante marco histórico da luta por reconhecimento do povo surdo. Também é digno de nota que em seu 2º artigo, a referida lei determina que o poder público e suas empresas concessionárias devem garantir formas de apoiar o uso e a difusão da Libras. Dessa forma temos um importante subsídio legal que apoia a criação de serviços especializados para atender essa necessidade comunicacional dos sujeitos Surdos.

Art. 21. A partir de um ano da publicação deste Decreto, as instituições federais de ensino da educação básica e da educação superior devem incluir, em seus quadros, em todos os níveis, etapas e modalidades, o tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos (BRASIL, 2002, grifo nosso).

Vale ressaltar, que a educação dos surdos é marcada por legislações que visam assegurar diante tantos aspectos a singularidade dos surdos em virtude de suas necessidades de linguagens e códigos. Dessa forma, a formação do intérprete da Libras é contemplada no Decreto Federal nº. 5626/05 de (3) três maneiras conforme descrito no seu Art. 4º:

A formação profissional do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:
 I - cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;
 II - cursos de extensão universitária; e
 III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação.
 Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III (BRASIL, 2010).

Mesmo sendo assegurado pela legislação, a educação dos surdos ainda passa por diversos problemas, constata-se diante das minhas experiências em observação nas escolas pesquisadas entraves para exercerem tal direito nos diversos segmentos de sua vida social, pois os surdos ainda são privados de ter acesso à educação, cultura, lazer e informação, dentre outros. A participação da comunidade surda representou e representa a chave para a profissionalização dos tradutores e intérpretes de língua de sinais.

Na educação, o intérprete de língua de sinais será altamente requisitado, uma vez que na grande parte do país, as escolas não são escolas para surdos. A atuação do intérprete em sala de aula será objeto de estudo de várias pesquisas, pois implicará em revisão constante de seu papel nos diferentes níveis de ensino (QUADROS, 2004, p. 87).

Contudo, observa-se a expansão no mercado de trabalho para a atuação deste profissional, principalmente nas escolas onde a demanda é crescente. Verifica-se muita heterogeneidade quanto a formação dos futuros Tradutores Intérpretes da Língua de Sinais, visto que a mesma pode refletir no processo de ensino e aprendizagem dos alunos surdos.

Mais recentemente temos a regulamentação da profissão de Tradutor Intérprete de Língua Brasileira de Sinais, importante conquista pela a lei federal número 12.319 de 1º de setembro de 2010, instituindo, o exercício da profissão, competência, formação e atribuições. Destacamos a definição de sua competência e atribuições que incluem a necessidade de TILS no contexto comunitário que inclui os serviços e repartições públicas:

Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa.

Art. 6º São atribuições do tradutor e intérprete, no exercício de suas competências:

I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;

II - Interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;

III - atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;

IV - Atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas; e

V - Prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais. (BRASIL, 2010, grifo nosso).

De acordo com essas legislações, o Tradutor Intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa é responsável por proporcionar acessibilidade linguística aos alunos surdos da Educação Básica e da Educação Superior, interpretando da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para a Língua Portuguesa (LP) e vice-versa, os conteúdos abordados no espaço educacional, como também interpretar atividades culturais desenvolvidas nas instituições.

Destacamos também, a Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, a LBI – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que também detalha os critérios da formação dos profissionais TILSP, exclusivamente para atuar na área de educação:

4.1. Do direito à educação

Quanto ao direito da educação, Brasil (2015) expõe que:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;

§ 2º Na disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras a que se refere o inciso XI do caput deste artigo, deve-se observar o seguinte:

I - os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras; (grifo nosso)

Analisando o que foi exposto até então, são perceptíveis as mudanças em relação a educação dos surdos. Tendo como ponto de partida para essas mudanças a necessidade na formação específica dos profissionais Tradutores Intérpretes da Língua de Sinais, para pensarmos em formação de tradutores, precisamos, portanto, devemos estar atentos ao nível de participação da comunidade surda na sociedade. Enquanto a comunidade surda se constitui como grupo com identidade própria constituída, o intérprete se constitui como profissional.

Esse contexto histórico dá base para o entendimento da evolução da atuação do profissional intérprete desde o início do ambiente religioso até a inserção em demais contextos de atuação junto à comunidade surda e sua garantia de acessibilidade de comunicação e informação.

A língua de sinais precisa ser respeitada como língua de prestígio no espaço escolar e a postura do TILS pode favorecer ou não para que isso se efetive. As aulas e outras práticas escolares precisam prever a circulação da Libras, bem como do Português, não determinando o TILS a um papel secundário. Se a Libras for vista apenas como língua de tradução, mas não forem considerados os processos de construção de conhecimento perpassados por esta língua, muitas das ações em sala de aula podem ficar prejudicadas quando se almeja a aprendizagem dos conteúdos pelos alunos surdos, especialmente na Educação Básica.

5. CONCEPÇÕES METODOLÓGICAS

Para a elaboração desta pesquisa precisamos trilhar caminhos para alcançar resultados satisfatórios no trabalho científico. Neste capítulo será apresentado o tipo de pesquisa realizado, o subtipo de pesquisa, o público alvo, o instrumento utilizado para realizar a pesquisa e coletar os dados necessários, campo de pesquisa e, posteriormente a análise dos dados.

5.1. Tipo de pesquisa

Tendo em mente os objetivos gerais da pesquisa podemos determinar o uso misto de duas classes de pesquisa, a exploratória e a descritiva em uma abordagem qualitativa dos dados obtidos. Essa junção de abordagem é favorável porque permite ao pesquisador não se restringir exclusivamente a meros dados numéricos estatísticos. Isto se dá pelo fato de que, mesmo de forma não aprofundada, obtém-se informações relevantes com o cruzamento dos dados e sua interpretação, visto que a mesma leva em conta a realidade vivenciada pelo objeto em estudo, mediante seu contexto histórico e social. Para isso foi feito o uso de um questionário, onde a partir das respostas dos três (3) profissionais intérpretes, sendo dois (2) da rede municipal de ensino e um (1) da rede estadual de ensino na cidade de Alagoa Grande - PB, pudemos reunir as informações necessárias para objetivar e desprender a compreensão sobre a relevância, avanços e desafios desses profissionais em sala de aula na rede pública de ensino.

Segundo Richardson (2012, p. 89):

No planejamento da pesquisa, a utilização de um questionário prévio no momento da observação ou entrevista pode contribuir para delimitar o problema estudado, e a informação coletada, permitindo identificar casos representativos ou não representativos em nível grupal ou individual.

Tendo isso em mente esperamos não termos sido tendenciosos ao promover nossas hipóteses iniciais, seja para confirmá-las ou negá-las através de conceitos e realidades a serem encontradas, nada foi perdido para a realização desse trabalho e os dados se mostraram valiosos ao seu próprio modo.

5.2. Subtipo de pesquisa

Como já foi mencionado, utilizamos a abordagem qualitativa em uma interpretação exploratória e descritiva, conforme nos apresentam Gil (2002) e Severiano (2007):

Pesquisas Exploratórias busca apenas levantar informações sobre determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto. Na verdade, ela é uma preparação para a pesquisa explicativa [descritiva] (SEVERIANO, 2007, p. 123).

De acordo com o autor, esse tipo de pesquisa possibilita uma familiaridade do pesquisador com o objeto que está sendo investigado no decorrer da pesquisa, possibilitando o conhecimento do pesquisador sobre os fatos.

Pesquisas Descritivas [...] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. (GIL, 2002, p.42)

Esse tipo de pesquisa, busca descrever determinada situação com detalhes, permitindo abranger as características do indivíduo.

No entanto, como mencionado acima, temos essa pesquisa de caráter exploratório com a finalidade de se relacionar com o problema da pesquisa, obter dados a saber, o papel desempenhado pelos profissionais intérpretes de Libras que atuavam na rede pública de ensino no município de Alagoas Grande – PB. Para isso foi necessário o uso de um questionário com perguntas pertinentes relacionadas ao intérprete, com questões específicas que abrangem a formação da área de Libras ou a ausência dela, origem de sua inserção profissional, em que contexto de atuação se encontram, além do tempo de experiência, foi utilizado o questionário para encontrarmos subsídios para traçar o perfil desses TILS. Em seguida, passamos para perguntas que evidenciavam a dinâmica e a realidade do trabalho deles em salas de aula regular, sua formação específica para o trabalho que prestavam, se possuíam qualificação para o cargo de um profissional intérprete e/ou com conhecimento das especificidades do público-alvo o sujeito Surdo, da profissão de Intérprete de Libras e quais são as principais dificuldades encontradas na visão desses profissionais para o exercício do trabalho nas escolas públicas.

Já o caráter descritivo se evidencia à medida que transcorremos os históricos da classe de TILS e suas características e como se relacionam o ‘fenômeno’ atuação em escolas da rede pública de ensino, com base nos dados obtidos pudemos determinar nesse grupo o perfil desses indivíduos, a principal origem e processo de formação e as principais dificuldades encontradas. O objetivo é de que todos os dados coletados nos permitisse analisar e sugerir hipóteses com base no referencial teórico literário utilizado.

5.3. Público alvo

O levantamento de dados para essa pesquisa compreendeu três (3) profissionais intérpretes na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) nas escolas do município de Alagoa Grande - PB, sendo elas a E.M.E.I.F. Cândido Régis de Brito (Zona Rural), E.M.E.I.F. Instituto Desembargador Severino Montenegro e E.E.E.F.M Padre Hildon Bandeira.

Na E.M.E.I.F. Cândido Régis de Brito o trabalho com a interpretação iniciou no ano de 2017 com a inserção de dois alunos surdos, que hoje se encontram no 2º ano dos anos iniciais, a profissional dessa instituição atua como intérprete a (9) nove anos exatamente, seu aprendizado com a Libras se deu a partir do curso de Letras/Libras e da FUNAD. Seu interesse pela Libras, se deu no ano de 2002 quando a mesma começou a trabalhar em uma sala com crianças especiais, na época era assim chamada (sala dos especiais). Desse modo, recebeu um aluno surdo, como ela já tinha contato com a FUNAD, um dos integrantes da mesma a orientou que o surdo não poderia ficar na mesma sala que os deficientes intelectuais, pois o surdo não tinha comprometimento mental, ele apenas precisava aprender a língua deles, no caso a língua de sinais e ela sentiu a curiosidade em aprender a Libras e iniciou o curso de Letras Libras pela Universidade Federal de Campina-Grande (UFCG). Daí também tinha um vizinho que era surdo e foi onde a mesma aprendeu a maioria das coisas que sabe hoje sobre a comunidade surda e o que é ser surdo. Já trabalhou em outras escolas do município, porém na zona urbana, sendo a sua primeira experiência com alunos surdos na zona rural.

Na E.M.E.I.F. Instituto Desembargados Severino Montenegro, o trabalho com a interpretação teve seu início há aproximadamente (8) oito anos, a referida instituição conta com a presença de (3) três alunos surdos no 8º ano dos anos finais do Ensino Fundamental. A intérprete da Escola Severino Montenegro é professora polivalente na instituição e por ter especialização em Libras pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESBA) e curso na FUNAD exerce o papel de intérprete naquela escola. A segunda entrevistada atua como professora de Libras no Centro Integrado de Educação e Cultura (CIEC) e trabalhou durante (8) oito anos no Centro Educacional Edivardo Toscano, na E.E.E.F. Dom Hélder Câmara e no Centro Educacional Raul de Freitas Mousinho. Todas elas situadas na cidade de Guarabira-PB. O interesse pela Língua de Sinais, surgiu no ano de 2016, onde a escola em que lecionava (IDSM), recebeu (4) quatro alunos surdos, em uma sala de 1º ano dos anos iniciais onde a mesma era professora.

A diretora da escola na época, sugeriu que a segunda entrevistada no segundo horário da aula retirasse os alunos surdos de sala para trabalhar com eles a língua de sinais sem ela nunca ter tido contato com a mesma. A diretora disponibilizou a ela uma cartilha, onde na mesma tinha os sinais de família, pai, mãe, irmãos para que ela fosse se familiarizando. A princípio, ela iniciou com eles o trabalho com artes, pintura e colagem. Daí tinha um surdo que frequentava muito a escola e começou a trabalhar os sinais e a ensiná-la. Em mais ou menos um mês que ela havia iniciado esse trabalho. A prefeitura do município de Alagoa-Grande entrou em parceria com a FUNAD e um professor veio iniciar um curso na cidade, onde a

mesma foi se interessando ainda mais pela Libras, como consequência desta parceria a professora passou (3) três anos na FUNAD, depois fez mais (1) um ano de curso de intérprete, depois Letras Libras. Hoje, a mesma diz que não saberia fazer outra coisa.

O trabalho de interpretação na E.E.E.F.M. Padre Hildon Bandeira, iniciou há (4) quatro anos. A escola conta com a presença de um surdo, onde o mesmo está matriculado no 3º ano do ensino médio. A intérprete possui o curso de Libras em contexto, curso básico, intermediário e avançado, curso de intérprete, Letras Libras e especialização em Libras. Seu interesse pela Língua Brasileira de Sinais se deu a partir do contato com dois alunos surdos há (10) dez anos quando lecionava em uma turma de 5º ano. Sem ter o auxílio de nenhum intérprete em sua sala, teve que buscar informações e se capacitar para poder desenvolver uma proposta educacional coerente para os surdos. A mesma contou com a ajuda de duas pedagogas e buscou se aperfeiçoar cada vez mais na área.

5.4. Instrumento de pesquisa

Para a realização da pesquisa foi formulado um questionário contendo sete (7) questões relevantes sobre a importância dos profissionais intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no processo de ensino e aprendizagem da pessoa surda, com a finalidade de refletirmos e chegarmos a uma conclusão pertinente e positiva para o desenrolar da pesquisa.

Foram aplicados três (3) questionários, sendo dois (2) para os profissionais intérpretes da rede municipal de ensino e um (1) para a rede estadual de ensino, visto que em cada escola só existe apenas um profissional intérprete para atender a demanda da comunidade surda.

5.5. Campo de pesquisa

O contexto de investigação foram três (3) escolas da rede pública de ensino da cidade de Alagoa Grande - PB, sendo duas municipais, uma localizada na zona rural do município, uma na zona urbana e a outra da rede estadual no mesmo município aqui citado.

De acordo com as informações fornecidas pela intérprete da E.M.E.I.F Cândido Régis de Brito, o trabalho com o TILS na escola pesquisada teve início há dois (2) anos, tendo hoje na mesma dois (2) alunos surdos. Na E.M.E.I.F Instituto Desembargador Severino Montenegro, o trabalho com o intérprete existe a aproximadamente oito (8) anos, contendo no momento três (3) alunos surdos. Já na E.E.E.F.M Padre Hildon Bandeira, o trabalho com o tradutor existe há quatro (4) anos, tendo na mesma um (1) aluno surdo, essas informações foram obtidas através do contato da pesquisadora com as intérpretes das instituições aqui citadas.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a coleta de dados através dos questionários aplicados, obtivemos informações importantes que deram viabilidade para o que acontece no cenário educacional com a atuação desses profissionais na comunidade escolar. Podemos perceber como se faz necessário a presença do profissional intérprete de LIBRAS em sala de aula regular para a mediação entre o professor e o aluno surdo. No entanto também foi viável observar como de fato acontece a interação e como a escola busca integrar esses profissionais e como isso faz o diferencial para o desenvolvimento intelectual e social da pessoa Surda em cada via de ensino. Para a coleta de dados foi aplicado para as 3 intérpretes, sendo **I1**, **I2** e **I3** referente aos 1º, 2º e 3º intérpretes respectivamente, um questionário aberto, contendo sete perguntas. A aplicação do questionário foi realizada em cada umas das escolas citadas nesta pesquisa.

Seguem abaixo os dados colhidos sobre o perfil e formação das intérpretes.

Questão 1

1. Há quantos anos você iniciou o seu trabalho como TILS?

- **I1:** Comecei em 2010, ou seja, a nove anos.
- **I2:** Há 11 anos.
- **I3:** Iniciei em 2008, quando passei no concurso para professora de Libras.

Percebemos que as profissionais são experientes na área de tradução no âmbito educacional, com isso concluímos que as mesmas são fluentes na língua de sinais por terem contato com a comunidade surda há tanto tempo. Sabemos que o contato com a comunidade surda faz com que os profissionais intérpretes passem a conhecer os aspectos culturais e a identidade da pessoa surda, é um contato que enriquece muito o processo de tradução.

O exercício de interpretação carece de prática constante na formação, pois se faz necessário o contato efetivo com o surdo para que possa haver uma melhora no âmbito linguístico.

Vale ressaltar a resposta da I3, quando diz que iniciou seu trabalho como TILS quando passou no concurso para professora de Libras, neste caso, podemos constatar que mesmo sendo professora de Libras este não é um requisito básico para interpretar, existem diferenças pertinentes entre o professor de Libras e o tradutor/intérprete, visto que cada profissional deve reconhecer o seu papel no ambiente educacional.

Não é verdade que professores de surdos sejam necessariamente intérpretes de língua de sinais. Na verdade, os professores são professores e os intérpretes são intérpretes. Cada profissional desempenha sua função e papel que se diferenciam imensamente. (QUADROS, 2004, p.29)

Estas informações trazem o entendimento que o professor e o tradutor de Libras são profissionais em um mesmo espaço, porém, para atuações diferenciadas. Ainda que o professor tenha o domínio da Libras jamais poderá substituir o intérprete, pois seria impossível o mesmo falar e sinalizar ao mesmo tempo.

Questão 2

2. De que forma se deu o aprendizado da LIBRAS?

contexto familiar

curso em Libras

contexto religioso

contexto social

outros

- **I1:** Através do curso em Libras e a amizade com a comunidade surda da cidade.

- **I2:** Curso em Libras.

- **I3:** Curso em Libras e o contexto profissional.

Desse modo podemos perceber que a forma mais viável para a aquisição da Língua de sinais para as intérpretes foi através do curso em Libras. Porém, a I1 diz que seu aprendizado também partiu da sua amizade com a comunidade surda na cidade de Alagoa Grande - PB, onde em conversa a mesma diz que aprender Libras vai muito além do que frequentar uma universidade ou um curso específico. O contato com a comunidade surda é que faz com que se constitua a língua de sinais e facilite ainda mais a fluência na comunicação e para isso, precisamos ter conhecimento sobre o que é uma comunidade surda e qual a sua principal característica.

A principal característica da comunidade surda é que ela é composta por um grupo de pessoas que vivem num determinado local, compartilham objetivos comuns aos dos seus membros e trabalham no sentido de alcançarem esses objetivos. Uma comunidade surda pode incluir pessoas que não são elas próprias surdas, mas que apoiam os objetivos da comunidade e trabalham em conjunto com as pessoas surdas para os alcançarem (SANTOS; OLIVEIRA, 2010, p. 7).

Vale ressaltar que o aprendizado da Libras não advém apenas de cursos específicos, mas também imergindo na comunidade surda, interagindo com quem tem contato com a Libras a

mais tempo, facilitando assim o processo de comunicação e aquisição da língua de sinais. O ato de interpretar exige do intérprete prática constante e contato real com o surdo.

A noção de comunidade tem motivado os surdos que estão em busca de um lugar de referência onde possam proclamar sua identidade dentro de um espaço forte, seguro e sustentado por elos de amizade e de cumplicidade. Pertencer a uma comunidade significa ter referências que possam orientar um grupo de pessoas em suas lutas, o que, no caso dos surdos, é muito evidente nos seus enfrentamentos diários. No caso do tradutor intérprete, ele estando inserido na comunidade surda, passa a adquirir habilidade, pois é o contato diário com o surdo que vai fazer com que ele crie habilidades nos processos tradutórios.

Soares (2018, p. 47) aponta que:

É necessário fomentar a reflexão para o fortalecimento dessa categoria. Apenas cursos de formação não dão conta de discussões que promovam reflexões, pois, é na prática diária, que nos confrontamos com especificidades próprias do ambiente escolar e que exigem do IE abordagens distintas. Sendo assim, tomar conhecimento do ponto de vista e das concepções assumidas por este profissional é imprescindível para que possamos chegar a um consenso quanto às atribuições e envolvimento dos IEs no ambiente escolar.

O surdo, como usuário natural da língua, deve estar presente na comunidade, escola e universidade para que todos possam identificar-se positivamente e desenvolver a utilização da língua de sinais da forma mais natural possível.

Questão 3

3. Você está cursando ou já cursou algum curso em formação específica para a interpretação?

Sim Não

Em caso afirmativo, qual é o curso?

- **I1:** Sim. Letras Libras e FUNAD.

- **I2:** Sim. Curso Libras em contexto, curso básico, intermediário e avançado, curso de intérprete. Letras Libras e Especialização em Libras.

- **I3:** Sim. Curso para formação de Intérprete (FUNAD). Especialização em libras (UESBA)

O que nos chama a atenção é a busca da I2 e a I3 pela busca de uma formação específica na área em que atua o intérprete da língua de sinais, pois existem termos que são específicos para serem utilizados na tradução em sala de aula que são importantes que o intérprete saiba, convenções de sinais, configuração de mãos para determinados sinais e vocabulário próprio para cada área do conhecimento.

É importante salientar que o curso de Letras Libras forma professores de Libras e não intérpretes da língua de sinais, para o aperfeiçoamento na interpretação, é necessário que o mesmo ingresse em uma formação continuada, ou curso de bacharelado em tradução de Libras. O Decreto Federal nº. 5626/05 diz que, em seu art. 17: “A formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa.” (BRASIL, 2005).

O exercício de interpretação carece de prática constante na formação, pois se faz necessário o contato efetivo com o surdo para que possa haver uma melhora no âmbito linguístico. Conforme Klein, Müller e Lockmann (2004, p. 7),

[...] conhecer a língua de sinais não é simplesmente estar informado sobre ela e utilizá-la como mais um recurso didático ao qual os professores podem optar ou não pelo seu uso. Trata-se, sim, de uma condição imprescindível para que a Educação de Surdos se efetive.

É necessário levar em consideração a diferença linguística e cultural dos surdos, mas não se restringe apenas a isso, a modalidade linguística desse grupo precisa ser reconhecida como uma forma de comunicação e um método de aprendizagem. Ao se respeitar a condição linguística do indivíduo surdo, lhe é dada a oportunidade de elaborar ideias, criar significados e participar de seu meio social.

Questão 4

4. Quais os desafios encontrados na atuação do TILS no âmbito educacional?

- **I1:** Devido à falta de uma sala de AEE para surdos, tenho que desempenhar a função de intérprete e alfabetizadora de L1 e L2.
- **I2:** O grande desafio ainda é o processo de inclusão das pessoas com surdez e à resistência de muitas pessoas em aprender Libras.
- **I3:** Atender as necessidades do aluno Surdo mediante os conteúdos aplicados em sala de aula. Contribuir para o seu aprendizado em parceria com o professor.

Vale ressaltar que o papel do intérprete em sala de aula não é alfabetizar, mas sim, mediar a comunicação e as informações que perpassam o ambiente escolar. A medida em que o tradutor tenta exercer o papel de alfabetizador do aluno surdo, ele proporciona confusão na mente da criança surda, dando a entender que o mesmo pode avaliar, esclarecer dúvidas quando

não houver compreensão dos conteúdos propostos em sala e fere o código de ética, que deixa claro que o papel do mesmo é mediar a comunicação.

Conforme o Código de ética, descrito por Quadros (2004, p. 32)

O intérprete deve manter uma atitude imparcial durante o transcurso da interpretação, evitando interferências e opiniões próprias, a menos que seja requerido pelo grupo a fazê-lo. O intérprete deve interpretar fielmente e com o melhor da sua habilidade, sempre transmitindo o pensamento, a intenção e o espírito do palestrante. Ele deve lembrar dos limites de sua função e não ir além de sua responsabilidade.

O tradutor intérprete precisa possuir um comportamento de imparcialidade e confiabilidade, para que seu trabalho seja exercido de maneira ética. O intérprete não deve manifestar suas opiniões pessoais sobre o assunto explicado pelo professor, não deve, também, fazer interrupções de cunho pessoal.

A I2, diz que um dos desafios ainda é o processo de inclusão das pessoas com surdez e à resistência de muitas pessoas em aprender Libras.

O fato das pessoas terem resistência em aprender a língua de sinais, nada tem a ver com o processo de tradução no ambiente escolar. Essa questão não pode ser vista como um impasse para que os processos tradutórios sejam efetivados de maneira satisfatória em sala de aula e que alcance o seu público alvo, que é o aluno surdo. A I3 diz que diante dos conteúdos aplicados em sala, atender as necessidades de cada Surdo e contribuir juntamente ao professor para o seu aprendizado ainda é um grande desafio.

Podemos dizer que professor e intérprete têm o mesmo objetivo, a aquisição do conhecimento e progresso na aprendizagem do surdo, porém, é preciso ser esclarecido que os mesmos atuam no mesmo espaço, mas com responsabilidades diferentes.

“O intérprete, por sua vez, se assumir todos os papéis delegados por parte dos professores e alunos, acaba sendo sobrecarregado e, também, acaba por confundir o seu papel dentro do processo educacional, um papel que está sendo constituído.” (QUADROS, 2004, p. 60)

Essas situações são ocasionadas em decorrência da confusão que se cria em relação aos papéis dos intérpretes e do professor no processo de ensino e aprendizagem, cabe ao intérprete se impor diante tais situações. À medida em que o intérprete se submete a esse tipo de situação ele deixa de cumprir o seu papel, que é intermediar a comunicação entre sujeitos surdos e sujeitos que desconhecem a língua de sinais, pois seria inviável o mesmo interpretar e dar aula simultaneamente, deixando de atuar com coerência, sem desempenhar a função de uma forma coesa como se deve acontecer.

A atuação do intérprete é de suma importância, pois sem a sua presença se torna impossível para o aluno surdo adquirir conhecimentos e absorver conteúdos ministrados na aula

pelo professor ouvinte. Assim, afirmam Lacerda et al. (2011, p. 5), “o objetivo principal não é apenas traduzir, mas buscar, juntamente com o professor, meios diferenciados de ensino para que o aluno surdo possa ser favorecido por uma aprendizagem especificamente elaborada e pensada, e, conseqüentemente, eficiente.”.

É relevante a parceria entre professor e intérprete, pois contribui de forma positiva para a desenvolvimento social do aluno surdo.

Questão 5

5. Como se dá a relação tradutor intérprete com o professor em sala de aula?

- **I1:** Desde que iniciei este trabalho, me deparei com excelentes professores e a relação sempre foi de ajuda mútua.

- **I2:** Na questão de relacionamento, muito tranquilo. Na questão de parceria para se chegar ao objetivo que é o progresso do aluno surdo, está distante ainda.

- **I3:** No contexto profissional no qual estou atuando no momento a relação é bastante satisfatória, realizamos um trabalho com parceria.

A partir das respostas das intérpretes I1 e I3 percebemos que as mesmas estão satisfeitas com a relação mantida em sala de aula com os professores regentes, uma vez que a I2 diz que o relacionamento entre ambas acontece de forma tranquila, na questão de parceria para se chegar ao objetivo que é o progresso do surdo, está distante. Vale ressaltar que para que o processo de ensino e aprendizagem alcance esses educandos, é indispensável a parceria entre o professor e o intérprete para que se concretize o processo de compreensão dos conteúdos propostos em sala. Assim, Zampieri (2006), em pesquisa sobre a escola inclusiva com a presença de intérpretes, aponta que este, pela proximidade com as questões da surdez, pode trazer contribuições valiosas ao professor, com relação ao processo de aprendizagem.

Para que alunos ouvintes e alunos surdos possam ter um grau de desenvolvimento satisfatório na mesma sala de aula, o trabalho de parceria entre a intérprete e a professora, para além de desejável, é fundamental. A intérprete tem condições de contribuir nas questões relativas às especificidades de aprendizagem das crianças surdas, pois visualiza com mais clareza as necessidades destes alunos, bem como as formas pelas quais eles se apropriam do processo de aprendizagem (ZAMPIERI, 2006, p. 91).

A partir do exposto, podemos compreender a importância da parceria entre professor e intérprete para se chegar a compreensão do aluno surdo diante das atividades realizadas em sala de aula. Nesse caso, cada profissional reconhecendo o seu papel em sala, interagindo, dialogando um com o outro, torna o trabalho mais convincente e a aprendizagem da pessoa surda não se compromete, sendo realizado um trabalho em parceria.

Questão 6

6. Como se dá a relação entre o aluno surdo, o intérprete de Libras e o professor em sala de aula?

- **I1:** A relação aluno, professor, intérprete depende dos profissionais envolvidos e graças a Deus até o presente momento é satisfatória.
- **I2:** Alguns professores são acessíveis e se preocupam com o aluno, pedem ajuda ao intérprete para mediar a comunicação. Alguns ignoram. E entre surdos e ouvintes, conseguem interagir.
- **I3:** Esta relação acontece de forma sistemática, a partir de muita parceria, compartilhando as dúvidas, as aprendizagens, é uma amizade bastante duradoura.

Ao compartilharem suas experiências, percebemos que a relação entre aluno surdo, intérprete e o professor depende dos profissionais envolvidos. A I2 diz que alguns professores chegam a ignorar a presença do intérprete outros constroem laços de amizade que perduram ao longo da vida.

O trabalho do intérprete não pode ser visto apenas como um trabalho linguístico; também é necessário considerar a esfera cultural e social na qual o discurso está sendo anunciado, sendo fundamental conhecer o funcionamento e os diversos usos da linguagem (LACERDA, 2011, p. 21).

Em concordância com a citação acima, o professor não pode em nenhum momento ignorar a presença do intérprete em sala de aula, pois o seu trabalho vai além de uma simples interpretação, pois é através dele que acontece o processo de comunicação entre professor e aluno surdo.

Não basta apenas que o professor reconheça o papel do intérprete educacional em sala, é necessário também que o professor assuma uma postura favorável frente a esse profissional, pois a parceria entre os mesmos é crucial para que os conhecimentos sejam apropriados pelo aluno surdo.

Interpretar e aprender, nesse ambiente, são fatores indissolúveis e o intérprete assume, inerente ao seu papel, a função de educador. Desse modo, é preciso que o professor

seja acessível e disponível para essa relação que, se bem discutida e negociada, só virá a beneficiar o processo educacional (LACERDA; SANTOS; CAETANO, 2011, p. 199)

Em concordância com a citação acima, é necessário que esse canal seja uma tríade, professor-intérprete-aluno surdo e todos precisam estar abertos a essa comunicação necessária para a compreensão do conteúdo proposto. Baseado no comentário da I3, a mesma relata que é uma amizade bastante duradoura. Em conversa, a mesma diz que um de seus ex-alunos terminou o curso técnico no IFPB, outras duas ex-alunas não estudam mais, estão casadas, morando na cidade de Sapé-PB, no entanto, quando retornam a Alagoa-Grande, a visitam, fortalecendo cada vez mais o vínculo de amizade.

É importante a familiaridade entre a comunidade surda, porém ao realizar a interpretação da língua falada para a língua sinalizada e vice-versa o intérprete precisa estar atento aos preceitos éticos de sua função, mantendo a distância profissional, onde o profissional tradutor e a sua vida pessoal precisam estar separadas. (QUADROS, 2004)

Dessa forma constatamos que os laços de parceria e proximidade podem ser observados como uma experiência exitosa ao longo da profissão, desde que o intérprete esteja atento ao que diz o código de ética que regulamenta a sua profissão.

Questão 7

7. Como você pode diferenciar o tradutor intérprete de Libras, do professor em sala de aula?

- **I1:** O tradutor intérprete, tem a função de interpretar toda a dinâmica ocorrida em sala de aula para o aluno surdo e caberá ao professor ensinar o que se faz necessário em sala de aula.

- **I2:** O tradutor intérprete de Libras, exerce um papel muito importante no processo de inclusão dos alunos com surdez, pois é através dele que o educador realiza as adaptações necessárias para garantir a participação ativa dos surdos no seu processo de ensino e aprendizagem, a interação e comunicação entre todos.

- **I3:** São papéis diferentes, mas que devem se complementar. Se cada um fizer o seu isolado, não chegará ao aluno, que deverá ser o alvo dos dois profissionais.

Devemos considerar que mesmo que o professor regente da turma, tenha domínio da língua de sinais, ele não pode assumir o papel de intérprete, pois seria inviável para o mesmo falar e sinalizar ao mesmo tempo e ainda que o intérprete tenha formação ele não deverá assumir

a sala de aula. Uma vez que o ato de interpretar envolve processos complexos, isso quer dizer, que os mesmos possuem funções diferentes.

O professor tem o papel fundamental associado ao ensino e, portanto, completamente inserido no processo interativo social, cultural e linguístico. O intérprete, por outro lado, é o mediador entre pessoas que não dominam a mesma língua abstendo-se, na medida do possível, de interferir no processo comunicativo. (QUADROS, 2004, p. 29)

Diante do exposto, entendemos que o intérprete não substitui o professor e vice-versa em relação a sua função essencial no processo de ensino e aprendizagem. Todavia, é necessário que a ação do intérprete se consolide em regime de colaboração com o professor, onde cada um deva cumprir sua função, almejando uma condição favorável de aprendizagem para o estudante surdo. A parceria entre professor e intérprete é essencial, no entanto são necessárias algumas adequações metodológicas por parte do professor regente, pois o contexto é diferente, visto que há a presença de alunos surdos e um intérprete de língua de sinais.

7. CONCLUSÃO

A temática abordada nesta pesquisa evidenciou o papel do TILS nas escolas públicas do Ensino Fundamental e médio, trazendo à tona a relevância da atuação do mesmo frente a acessibilidade do aluno surdo, inserindo-o como agente pedagógico no processo de inclusão.

Para evidenciar as reflexões obtidas após a presente pesquisa, é necessário retomar os objetivos iniciais que fomentaram este trabalho, dos quais foram: apresentar o papel do profissional intérprete de Libras na rede pública de ensino; relatar os aspectos históricos do tradutor intérprete e os avanços em sua profissionalização; avaliar a rotina do intérprete no ensino regular e analisar a atuação do profissional em sala de aula.

Dessa forma, a pesquisa nos mostrou que, à medida em que a comunidade surda foi ganhando espaço na sociedade, fez com que o trabalho do intérprete fosse habilitado no ambiente escolar. No entanto, ao atuar no espaço escolar, surge a necessidade em levantar questões que repensassem o seu processo de formação e atuação enquanto profissional intérprete educacional da Língua de Sinais.

Os autores pesquisados, trouxeram a compreensão de uma formação relacionada como tradutor intérprete educacional da língua de sinais, onde pudessem ser abordados assuntos teóricos e técnicos da função do TILS no espaço escolar.

Posto isso, enfatizamos que essa pesquisa não se torna relevante apenas para a academia, mas contribui para uma maior evidência na importância do profissional tradutor para o progresso do aluno surdo no ambiente escolar. Colaborando para que outras pessoas tenham interesse em estudar e conhecer mais sobre a temática abordada.

O tema pesquisado foi de grande valia para o crescimento pessoal e profissional da graduanda, visto que há grande necessidade de outras discussões acerca da atuação do tradutor intérprete de Língua de Sinais no meio escolar, meio este que a presença desse profissional vem sendo cada vez mais solicitada e que ainda mais pessoas tenham acesso a essas discussões para o seu crescimento profissional enquanto TILS.

Sabendo da relevância no processo educativo, concluiu-se que a neutralidade na atuação do TILS também deve ser repensada, haja vista que o mesmo não pode ficar à margem na construção do conhecimento nessa tríade envolvida no processo de aquisição do conhecimento do aluno surdo.

Sobre a formação do tradutor intérprete, a pesquisa nos mostrou que a formação específica para tradutor intérprete de Língua de Sinais se dá através de graduação específica e da certificação em bancas de proficiência, sendo necessário e importante para uniformizar a

qualidade do TILS no exercício de sua função. O conhecimento científico não pode ser esquecido pelo intérprete educacional da Língua de Sinais em sua atuação no ambiente escolar, visto que sua fluência em Língua de Sinais e nos conteúdos abordados em sala contribui de maneira significativa para atingir o aluno surdo em seus conhecimentos.

Sobre a participação do TILS no processo de acessibilidade do aluno surdo, conclui-se que a parceria entre professor regente e intérprete educacional de Língua de Sinais é relevante para o bom desempenho do aluno surdo através do trabalho conjunto entre os dois, cada um exercendo seu papel específico, sem adentar no espaço profissional do outro, porém elencando-o com agente pedagógico no ambiente escolar.

Dessa forma, após a pesquisa executada pode-se concluir que o intérprete educacional está envolvido no processo de mediação do aluno surdo como componente ativo e que seu papel não é uma tarefa fácil nem simples. A partir dos estudos das referências citadas neste trabalho, conclui-se que os cursos específicos da Língua de Sinais não são suficientes para formar o TILS para ser um intérprete educacional qualificado e plenamente preparado para as demandas didático-pedagógicas, sendo necessário que os mesmos participem de cursos de aperfeiçoamento profissional constantes.

Sendo assim, percebe-se que os objetivos traçados foram alcançados e as hipóteses confirmadas, visto que é a partir da atuação do intérprete educacional da Língua de Sinais em escolas públicas no ensino regular que o surdo tem seu direito de acesso aos conteúdos disponibilizados. É necessário mudar a ideia de que “qualquer pessoa que sinalize” esteja apta para atuar como intérprete na escola ou que ser intérprete educacional é mais fácil, devendo assim ser prioridade o estudo contínuo desse profissional.

Não houve presunção em encerrar a pesquisa visto a amplitude do tema em questão e que a muito a ser pesquisado frente aos desafios encontrados por esse profissional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm Acesso em: 25 de agosto de 2019.

———. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei nº10.436 de abril de 2002.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF Acesso em: 25 de agosto de 2019.

———. Lei nº 12.319 de 1 de Setembro de 2010. **Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.** Brasília: Congresso Nacional, 2010. Acesso em: 25 de agosto de 2019.

———. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm Acesso em: 25 de agosto de 2019.

CASSIANO, Paulo Victor. **O papel do interlocutor de Libras nas escolas públicas do estado de São Paulo.** Revista Virtual de Cultura Surda, 19. ed. p.1-17, set. 2016.

FEBRAPILS. **Código de Conduta Ética.** Brasília, Federação Brasileira das Associações dos profissionais tradutores e intérpretes e guia intérpretes de língua de sinais, 2014. Disponível em: <<http://febrapils.org.br/documentos>>. Acesso em 06 de out.2019.

GESSER, A. **LIBRAS?: Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GIL, A. C, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa** - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

HIDAKA, L. J. F. **Introdução ao direito internacional dos direitos humanos.** In: LIMA JR, J. B. Manual de Direitos Humanos Internacionais: Acesso aos sistemas global e regional de Proteção dos Direitos Humanos. Boa Vista: GAJOP, 2002..

KLEIN, M.; MÜLLER, Márcia Beatriz Cerutti; LOCKMANN, Kamila. **O que dizem os professores sobre a surdez: problematizando as representações na escola de surdos.** In: Anais Seminário Brasileiro de Estudos Culturais em Educação I. Canoas: Universidade Luterana do Brasil, 2004.

LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. dos; CAETANO, J. F. **Estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos.** In: Coleção UAB – UFSCar. Língua de Sinais Brasileira: uma introdução. São Carlos: Departamento de Produção Gráfica da USFCar, 2011.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que diz alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência**. 26 ed. São Paulo: Cadernos Cedes, 2006.

MACHADO, Paulo Cesar. **A política educacional de integração/inclusão: um olhar do egresso surdo**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

MARTINS, V. R. O.; NASCIMENTO, V. **Da formação comunitária à formação universitária (e vice e versa): novo perfil dos tradutores e intérpretes de língua de sinais no contexto brasileiro**. Florianópolis: UFSC, 2015.

OLIVEIRA, R. Ramos dos S.; SANTOS, G. O. **Comunidade surda: a importância da inserção da Libras na sociedade brasileira**. 2010.

QUADROS, R. M. **O Tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa** / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos- Brasília: MEC; SEESP, 2004.

———. **Políticas linguísticas e educação de surdos em Santa Catarina: espaço de negociações**. Cad. CEDES, Campinas, v. 26, n. 69, ago. 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. Atlas. São Paulo. 3 ed. revista e ampliada, 2012.

RUSSO, Ângela. **Intérprete de língua brasileira de sinais: uma posição discursiva em construção**. Porto Alegre, RS: 2009.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, Naiara Greice. **Intérprete educacional de LIBRAS: Afirmções e conflitos da profissão**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação. Erechim, 2018.

STEWART, D., SCHEIN, J. & CARTWRIGHT, B. **Sign language interpreting**. Allyn & Bacon. Boston. 1996.

ZAMPIERI, M.A. **Professor ouvinte e aluno surdo: possibilidades de relação pedagógica na sala de aula com intérprete de LIBRAS – língua portuguesa**. 2006. 110f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CENTRO EDUCACIONAL OSMAR DE AQUINO
CAMPUS-III
GUARABIRA-PB**

**QUESTIONÁRIO APLICADO COM O TILS
PERFIL E FORMAÇÃO DE INTÉRPRETES**

1. Há quantos anos você iniciou o seu trabalho como TILS?

2. De que forma se deu o aprendizado da LIBRAS?
 contexto familiar
 curso em Libras
 contexto religioso
 contexto social
Outros: _____

3. Você está cursando ou já cursou algum curso em formação específica para a interpretação?
 Sim Não

4. Quais os desafios encontrados na atuação do TILS no âmbito educacional?

5. Como se dá a relação tradutor intérprete com o professor em sala de aula?

6. Como se dá a relação entre o aluno surdo, o intérprete de Libras e o professor em sala de aula?

7. Como você pode diferenciar o tradutor intérprete de Libras, do professor em sala de aula?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CENTRO EDUCACIONAL OSMAR DE AQUINO
CAMPUS-III
GUARABIRA-PB**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, da pesquisa que tem por título: “**O PAPEL DO PROFISSIONAL INTÉRPRETE DE LIBRAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**” que tem como pesquisador responsável a aluna Sannyele Rodrigues de Souza, do curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, Câmpus III, que pode ser contatada pelo e-mail sannyele19@gmail.com e pelo telefone (83) 98676-8422. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar um questionário acerca do trabalho dos profissionais intérpretes de língua brasileira de sinais para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso. Minha participação consistirá por meio de formulário/questionário impresso para ser preenchido por mim. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos serão divulgados, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista ou do formulário/questionário da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Assinatura

Alagoa-grande- PB, ___ de _____ de 2019.